



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO REF.ª CCP/2024/17

**COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE DIVERSAS EMPREITADAS DE REABILITAÇÃO E
CONSTRUÇÃO NAS ILHAS DO CORVO, FLORES, SÃO JORGE E SÃO MIGUEL**

PROGRAMA DE CONCURSO

Aprovado,

(Signature)
2024.09.09



ÍNDICE

Artigo 1º Identificação e objeto de concurso	2
Artigo 2º Entidade adjudicante	3
Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4º Plataforma eletrónica de contratação	3
Artigo 5º Esclarecimentos, retificações, erros e omissões	3
Artigo 6º Da Divisão em lotes.....	4
Artigo 7º Prazo e modo de apresentação das propostas	5
Artigo 8º Documentos que constituem as propostas.....	5
Artigo 9º Propostas variantes	6
Artigo 10º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	6
Artigo 11º Preço base	6
Artigo 12º Preço anormalmente baixo.....	6
Artigo 13º Critério de adjudicação.....	7
Artigo 14º Causas de não adjudicação	7
Artigo 15º Documentos de habilitação	7
Artigo 16º Caução	8
Artigo 17º Modalidade jurídica de associação de empresas.....	8
Artigo 18º Despesas e encargos	8
Artigo 19º Comunicações e notificações	9
Artigo 20º Assinatura eletrónica	9
Artigo 21º Prevalência.....	9
Artigo 22º Legislação aplicável	9



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Artigo 1º | Identificação e objeto de concurso

1. O presente procedimento tem por objeto a *“Coordenação e Fiscalização de diversas empreitadas de Reabilitação e Construção nas ilhas do Corvo, Flores, São Jorge e São Miguel”*, nos termos mais bem definidos no presente Programa e no Caderno de encargos, compreendendo os seguintes lotes:

- a) **LOTE 1** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de 1 moradia sita Rua do Porto da Casa, A.M. 64, Ilha do Corvo;
- b) **LOTE 2** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de 3 moradias no concelho das Lajes das Flores, ilha das Flores;
- c) **LOTE 3** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de 5 moradias no concelho de Santa Cruz das Flores, ilha das Flores;
- d) **LOTE 4** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 4 moradias unifamiliares sitas aos Lotes 8, 9, 12 e 13 do Loteamento dos Casteletes, freguesia da Urzelina, concelho das Velas, ilha de São Jorge;
- e) **LOTE 5** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 15 moradias nos lotes 1 a 15 do Loteamento da Achadinha, freguesia da Achadinha, concelho do Nordeste, ilha de São Miguel;
- f) **LOTE 6** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de um imóvel sito à Rua Antero de Quental, 11, freguesia da Conceição, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- g) **LOTE 7** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de um imóvel sito à Rua da Alegria, 119, freguesia de Rabo de Peixe, concelho de Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- h) **LOTE 8** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 12 habitações multifamiliares nos lotes 1, 59 e 60 do Aldeamento de São Pedro, freguesia da Maia, concelho de Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- i) **LOTE 9** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 52 apartamentos nos lotes 1 e 2 do empreendimento Habitacional Multifamiliar Detrás os Mosteiros, sito ao Largo das Freiras, freguesia da Matriz, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- j) **LOTE 10** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Execução das Infraestruturas do Loteamento da Galega, freguesia da Ribeira das Tainhas, concelho de Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel.

2. O procedimento de **Aquisição de Serviços** através de **Concurso Público, por lotes, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia**, é adotado nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2 do artigo 14.º, n.º 1 do artigo 15.º, n.º 1 do artigo 16.º, alínea b) do artigo 20.º, artigo 24.º e artigo 25.º todos do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (*RJCPRAA*), na sua atual redação, em conjugação com o disposto e na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, nos artigos 130.º, artigo 38.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (*CCP*), na sua atual redação, com as devidas adaptações.

3. O objeto do presente procedimento tem a seguinte referência do Vocabulário comum para os Contratos Públicos (*CPV*): 71000000-8 – Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Artigo 2º | Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego, com sede no Rua Doutor José Bruno Tavares Carreiro, 9500-119 Ponta Delgada, com o telefone (+351) 296 308 000 com o endereço de correio eletrónico *srjqpe@azores.gov.pt*.

Artigo 3º | Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Exma. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego através do despacho de __/__/____, no uso de competência própria estabelecida na alínea d) do n.º 2 do artigo 36.º do *Decreto Legislativo Regional n.º 2/2024/A, de 24 de junho*, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024, em conjugação com os artigos 35.º e 38.º, ambos do CCP.

Artigo 4º | Plataforma eletrónica de contratação

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica disponível em <https://www.acingov.pt>.
2. A entidade adjudicante disponibiliza na plataforma eletrónica, de forma livre, completa e gratuita, as peças do procedimento, a partir da data da publicação do respetivo anúncio.
3. Quando existam peças procedimentais que não possam, total ou parcialmente, ser disponibilizadas sem restrições de acesso, designadamente por motivos de segurança, são disponibilizadas por outros meios adequados, que devem ser indicados aos interessados.
4. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 2, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo pelo período equivalente ao do atraso verificado.
5. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

Artigo 5º | Esclarecimentos, retificações, erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento até ao termo do 1/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até termo do 2/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. No prazo referido no n.º 1, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.
4. Até ao termo do 2/3 do prazo para apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentada, podendo ainda, no mesmo prazo, proceder à retificação das peças do procedimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

5. Consideram-se rejeitados todos os erros e omissões apresentados que, até ao final do prazo indicado no número anterior, não tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
6. Os, esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões aceites fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
7. Todos os atos mencionados no presente artigo são praticados através da plataforma eletrónica referida no artigo anterior.

Artigo 6º | Da Divisão em lotes

O presente concurso público será dividido em lotes, nos termos do artigo 24.º do RJCPRAA e no artigo 46.º-A do CCP, por forma a que micro, pequenas e médias empresas locais possam concorrer ao procedimento, para um ou mais do que um lote, sendo os lotes os que se passam a identificar:

- a) **LOTE 1** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de 1 moradia sita Rua do Porto da Casa, A.M. 64, Ilha do Corvo;
- b) **LOTE 2** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de 3 moradias no concelho das Lajes das Flores, ilha das Flores;
- c) **LOTE 3** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de 5 moradias no concelho de Santa Cruz das Flores, ilha das Flores;
- d) **LOTE 4** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 4 moradias unifamiliares sitas aos Lotes 8, 9, 12 e 13 do Loteamento dos Casteletes, freguesia da Urzelina, concelho das Velas, ilha de São Jorge;
- e) **LOTE 5** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 15 moradias nos lotes 1 a 15 do Loteamento da Achadinha, freguesia da Achadinha, concelho do Nordeste, ilha de São Miguel;
- f) **LOTE 6** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de um imóvel sito à Rua Antero de Quental, 11, freguesia da Conceição, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- g) **LOTE 7** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de um imóvel sito à Rua da Alegria, 119, freguesia de Rabo de Peixe, concelho de Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- h) **LOTE 8** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 12 habitações multifamiliares nos lotes 1, 59 e 60 do Aldeamento de São Pedro, freguesia da Maia, concelho de Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- i) **LOTE 9** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 52 apartamentos nos lotes 1 e 2 do empreendimento Habitacional Multifamiliar Detrás os Mosteiros, sito ao Largo das Freiras, freguesia da Matriz, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- j) **LOTE 10** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Execução das Infraestruturas do Loteamento da Galega, freguesia da Ribeira das Tainhas, concelho de Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel.



Artigo 7º | Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas devem ser submetidas na plataforma indicada no art.º 4º até às 23:59 do 30º dia, a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio através da plataforma.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas ao procedimento as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
5. Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma.

Artigo 8º | Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública em conformidade com o n.º 6 do art.º 57.º do CCP;
 - b) Proposta de preço, por lote, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I presente Programa de concurso, e atento o seguinte:
 - i. O preço, que não deve incluir o IVA, é também indicado em algarismos;
 - ii. Quando os preços constantes das propostas forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
 - iii. Sempre que nas propostas sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 - c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, se aplicável;
 - d) Lista de preços unitários dos meios humanos, com a respetiva afetação, conforme com o Anexo II;
 - e) Mapa das taxas mensais, diárias e horárias para os elementos que devem constituir a equipa de fiscalização, nos termos definidos pelo Caderno de Encargos, considerando os períodos de trabalho normais e em regime extraordinário (*turnos, feriados, dias de descanso*), da responsabilidade do cocontratante, transporte, alojamento, entre outros, em conformidade com o Anexo III.
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.



Artigo 9º | Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10º | Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 11º | Preço base

1. O preço base é de **€268 500,00** (*duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos euros*), a que acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

2. Os valores, por lote, são os seguintes:

- a) **LOTE 1** (*Reabilitação de 1 moradia sita Rua do Porto da Casa, A.M. 64*) - **€24 000,00** (*vinte e quatro mil euros*);
- b) **LOTE 2** (*Reabilitação de 3 moradias no concelho das Lajes das Flores*) - **€16 000,00** (*dezasseis mil euros*);
- c) **LOTE 3** (*Reabilitação de 5 moradias no concelho de Santa Cruz das Flores*) - **€21 500,00** (*vinte e um mil e quinhentos euros*);
- d) **LOTE 4** (*Construção de 4 moradias unifamiliares no Loteamento dos Casteletes*) - **€25 000,00** (*vinte e cinco mil euros*);
- e) **LOTE 5** (*Construção de 15 moradias no Loteamento da Achadinha*) - **€49 500,00** (*quarenta e nove mil e quinhentos euros*);
- f) **LOTE 6** (*Reabilitação de um imóvel sito à Rua Antero de Quental, 11*) - **€13 000,00** (*treze mil euros*);
- g) **LOTE 7** (*Reabilitação de um imóvel sito à Rua da Alegria, 119*) - **€13 000,00** (*treze mil euros*);
- h) **LOTE 8** (*Construção de 12 habitações multifamiliares no Aldeamento de São Pedro*) - **€49 500,00** (*quarenta e nove mil e quinhentos euros*);
- i) **LOTE 9** (*Construção de 52 apartamentos no empreendimento Habitacional Multifamiliar Detrás os Mosteiros*) - **€46 000,00** (*quarenta e seis mil euros*);
- j) **LOTE 10** (*Execução das Infraestruturas do Loteamento da Galega*) - **€11 000,00** (*onze mil euros*).

Artigo 12º | Preço anormalmente baixo

À prestação de serviços aplica-se, subsidiariamente, o regime previsto na parte final do n.º 2 do artigo 29.º do DLR 27/2015/A, de 29/12. Assim considerando a definição de um preço base no procedimento em apreço, atento o disposto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando o valor seja 40% ou mais inferior aquele preço base fixado no Caderno de Encargos.



Artigo 13º | Critério de adjudicação

1. Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, o critério de adjudicação, por lote, é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço mais baixo.
2. Em caso de empate no preço total das propostas apresentadas a proposta vencedora, por lote, será apurada através de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes com uma antecedência mínima de 3 dias.

Artigo 14º | Causas de não adjudicação

1. Salva-se a possibilidade de não haver lugar a adjudicação, por lote, pelas razões expostas no artigo 79.º do CCP, destacando-se o fato de, por circunstância superveniente, não se concretizarem os pressupostos necessários à decisão de contratar, como é o caso da não adjudicação do procedimento de contratação da empreitada associada.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, será notificada a todos os concorrentes.
3. A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 15º | Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, para cada um dos lotes, através da plataforma indicada no Artigo 4º, no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º1 do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como certificado do registo criminal da pessoa coletiva ou concorrente;
 - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, se aplicável;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- e) Declaração acerca da composição da equipa de trabalho que vai prestar o serviço, dos responsáveis e/ou coordenadores das mesmas, e respetivos currículos, em conformidade com o Anexo IV e Anexo V;
 - f) Documentos comprovativos das habilitações académicas e profissionais específicas da equipa de coordenação e fiscalização, para o desempenho das funções específicas a que se propõem, acompanhados dos respetivos currículos, tendo em consideração o exigido na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, e no caderno de encargos;
 - g) Declaração do coordenador em matéria de segurança e saúde durante a execução da obra, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.
 - h) Termo de responsabilidade do Diretor de Fiscalização da obra, nos termos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
 - i) Identificação dos elementos do seguro que garantem a responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, e restante legislação em vigor;
 - j) Documento comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo, efetuado nos termos do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua última redação.
2. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo os que, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devendo, neste caso, o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimimento, de acordo com o disposto no n.º 2, do art.º 86.º do CCP.
4. A não apresentação regular dos documentos de habilitação implicará a aplicação do enquadramento contraordenatório disposto no art.º 456.º do CCP.

Artigo 16º | Caução

É inexigível a caução nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores.

Artigo 17º | Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento cocontratante, e apenas estes, devem associar-se antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 18º | Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação das propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do Cocontratante, conforme o caso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Artigo 19º | Comunicações e notificações

Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, concorrentes ou o adjudicatário, até à assinatura do contrato objeto do presente procedimento, são realizadas exclusivamente através da plataforma prevista no Artigo 4º.

Artigo 20º | Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (*certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração*).
3. Todos os documentos submetidos na plataforma, bem como todos os atos que, nos termos do CCP, devem ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica, nos termos previstos no artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Os certificados de assinatura eletrónica qualificada e de selos temporais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (*informação disponível em www.gns.gov.pt*).

Artigo 21º | Prevalência

As normas do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 22º | Legislação aplicável

Ao presente procedimento é aplicável o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação atual, o Código dos Contratos Públicos na sua redação atual, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, executado na ordem jurídica interna pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e a demais legislação e regulamentação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Anexo I
PROPOSTA DE PREÇO

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de
identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à
execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “.....” (designação do procedimento), declara,
sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com
o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço total de € (por algarismos e por extenso), no
prazo de (extenso) dias.

..... (local), (data), (assinatura)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Anexo II

LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS E RESPETIVA AFETAÇÃO¹

“.....” (*designação do procedimento*)

Designação	Meses da prestação de serviços (durante a empreitada)			Fase de garantia da obra	Total	Tipo de vínculo ao concorrente
	Mês 1	...	Mês n			
Diretor de Fiscalização						
Fiscal Técnico de Obras						
Coordenador de Segurança em Obra						
Meios Materiais						
Outros:						

..... (*local*), (*data*), (*assinatura*)

¹ Durante todo o período da prestação do serviço. Indicar valores mensais, considerando-se que cada mês completo corresponde a 22 dias úteis.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Anexo III
MAPA DAS TAXAS MENSAIS DIÁRIAS E HORÁRIAS EM PERÍODOS
NORMAIS E EXTRAORDINÁRIAS

“.....” (*designação do procedimento*)

(*durante os ____ dias da empreitada*)

Designação	Taxas				
	Mensal	Diária		Horária	
	Normal	Normal	Extraordinária	Normal	Extraordinária
Diretor de Fiscalização					
Fiscal Técnico de Obras					
Coordenador de Segurança em Obra					
Meios Materiais					
Outros:					
VALORES MENSAIS					

..... (*local*), (*data*), (*assinatura*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Anexo IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

De acordo com o n.º 1 do artigo 7º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na sua última redação

..... (indicar nome do concorrente), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o número, com o capital social de, declara que a composição nominativa da equipa responsável pela execução da prestação de serviços de “.....” (indicar nome do procedimento) é a seguinte:

Função	Nome ²
Diretor de fiscalização	
Fiscal Técnico de Obra	
Coordenador de Segurança em obra	
Outros:	

..... (local), (data), (assinatura)

² Conforme curriculum próprio



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Anexo V

MODELO DOS CURRÍCULOS³

- Nome: _____
- Nacionalidade: _____
- Idade: _____
- Grau Académico⁴: _____
- Anos de Experiência profissional: _____
- Qualificações principais⁵: _____
- Experiência profissional nos domínios relacionados com a execução de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização de empreitadas de obras públicas⁶: _____

³ Este modelo é apenas orientador podendo ser apresentado modelos diferentes desde que respondam a todas as rubricas abaixo indicadas

⁴ Indicar os graus que possui e as escolas superiores que lhes conferiram e os anos em que os obteve

⁵ Resumo em não mais de 200 palavras

⁶ Resumir cada experiência indicando apenas a designação da obra e respetivo Dono de obra; valor e localização da obra; funções exercidas e respetivos períodos de exercício, mês/ano de início e mês/ano do termo